

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Olhão, entre Napoleão e o Brasil:

**alguns documentos esquecidos sobre a chegada ao Brasil
do primeiro Correio Marítimo de Portugal em 1808**



Olhão / 2008

Prefácio

A APOS é a pequena associação de valorização do património, da pequena cidade de Olhão, no sul do pequeno país que é Portugal, sobretudo por comparação com esse imenso Brasil que, no entanto, afinal, também faz parte daquilo que Chico Buarque canta como “esse imenso Portugal”.

Serão poucos os brasileiros, tal como também são poucos os portugueses, que actualmente têm consciência donde partiu, e em que condições partiu, o barco que foi o primeiro correio marítimo enviado ao Brasil para avisar em 1808 a Família Real Portuguesa, então no Rio de Janeiro, sobre a derrota das tropas napoleónicas em Portugal.

O assunto é apenas uma nota de rodapé da História do Brasil e de Portugal, mas esta nota tem o interesse de resultar de um acto que mistura o heroísmo e a ingenuidade de um punhado de marítimos pobres e humildes, mas também arrojados, da então pequena aldeia de Olhão.

No dia 22 de Setembro do actual ano de 2008, perfazem 200 anos que esse primeiro correio marítimo atravessou o Atlântico, e a APOS, enquadrada na visita comemorativa organizada pelos Elos Clube de Olhão e do Rio de Janeiro a esta cidade, elaborou este trabalho especificamente para o povo irmão do Brasil.

Aliás, é importante realçar que esta visita comemorativa foi em Portugal organizada exclusivamente pela sociedade civil, sobretudo pelo Elos Clube de Olhão, mas também pela APOS, até porque alguns dos sócios que pertencem à Direcção do Elos, também pertencem à Direcção da APOS...

A primeira parte deste trabalho – *Olhão entre Napoleão e o Brasil* – é uma introdução histórica ao assunto. Seguidamente disponibilizamos nos anexos informação técnica e histórica sobre o barco que fez esta travessia atlântica e, no final, um artigo do falecido historiador Alberto Iria, onde se revelam alguns testemunhos da época sobre a chegada do barco ao Rio de Janeiro.

Muito mais está na nossa página na Internet em <http://www.olhao.web.pt>.

Do nosso pequeno Olhão de 1808 enviámos há 200 anos um barco a um vulnerável Brasil, cujo futuro como nação unida ainda não era certo... Hoje estamos aqui para deixar o nosso abraço de amizade à imensa e extraordinária nação, em que o Brasil se transformou em 2008.

Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de
Olhão)

Olhão, entre Napoleão e o Brasil

1. Introdução

A página da História mais importante para Olhão ocorreu em 16 de Junho de 1808, dia da revolta olhanense contra os invasores franceses, que pôs a então aldeia de Olhão no mapa político-administrativo do Algarve, transformando-a imediatamente em vila por decreto régio.

Tudo isto ocorreu durante a primeira invasão francesa, chefiada pelo General Junot, que chegou a Lisboa em 30 de Novembro de 1807.

Esta invasão, ao contrário das que se lhes seguiram, foi a única que teve sucesso em Portugal, e afectou directamente o Algarve. As duas invasões seguintes (chefeada a segunda por Soult e a terceira por Massena) foram sempre militarmente derrotadas pelo exército anglo-português e nunca chegaram ao Algarve.

A primeira invasão francesa, aliás, não teve qualquer resistência oficial dos portugueses. Esta situação parece-nos estranha actualmente mas, se nos enquadrarmos na situação histórica do momento torna-se mais compreensível.

Portugal já se encontrava em litígio quase permanente com a França desde 1793, ano em que os franceses decapitaram o seu rei e rainha em plena histeria revolucionária.



Mapa de Portugal com Olhão, no Algarve, sul de Portugal.



Junot

Nesse ano, várias potências europeias decidiram travar a França revolucionária. A Espanha fez uma aliança com Portugal e a Inglaterra e organizaram uma ofensiva militar que ficou conhecida como a campanha do Rossilhão, na qual participaram 6000 soldados portugueses.

Como esta campanha foi um grande insucesso, dois anos depois (em 1795), a Espanha assina unilateralmente um tratado de amizade com a França – a Paz de Basileia – o que deixou Portugal isolado na sua aliança com os ingleses.

A partir deste momento, a França, com a ajuda da Espanha, vai exigindo a Portugal, de forma cada vez mais agressiva, a adesão ao bloqueio económico contra a Inglaterra.

Em 1796, a Espanha começa a reunir tropas na nossa fronteira e, em 1801, invade o Alentejo e conquista Olivença na chamada Guerra das Laranjas. A França aproveita para ficar com a nossa Guiana (na América) e exige indemnização de guerra.

Em 1806, quando Napoleão Bonaparte vence os prussianos, acabando assim com toda a resistência ao seu projecto imperial no Continente Europeu, é feito a Portugal um ultimato para bloquear os seus portos marítimos à Inglaterra.

Portugal, como sempre, argumenta que não poderá cumprir tal ultimato porque, sendo um país com colónias em todos os continentes, nunca poderia mantê-las se a Marinha inglesa as atacasse ou bloqueasse o comércio entre a metrópole e as colónias.

Efectivamente, Portugal era na época uma pequena potência com um império paradoxalmente gigantesco para os seus recursos, pelo que obrigava-se a prestar vassalagem à Inglaterra, devido ao seu poderio naval. Esta aliança tinha duas vantagens para Portugal: foi e continuava a ser importante para a manutenção da independência frente a Espanha (recuperada em 1640 e só confirmada, após uma longa guerra, em 1668!), e permitia-lhe a manutenção do seu vasto Império. Mas em troca, Portugal foi obrigado a assinar tratados de

comércio com Inglaterra que o arruinavam economicamente, nomeadamente o Tratado de Methuen, em 1703.



Napoleão Bonaparte

O facto de Portugal ser na época uma nação imobilizada e refém desta aliança, que lhe dava tanta pobreza, fez com que o País se conformasse com a inevitabilidade da invasão francesa.

Esta inevitabilidade, o cansaço de cerca de 14 anos de litígios com a França que parecia imbatível, a solidão de quem na Europa só contava com um “amigo” – a Inglaterra – que se mostrava também incapaz de nos dar protecção, a sensação que a monarquia absolutista vigente em Portugal, teria fatalmente que desaparecer tal como no resto da Europa, e, finalmente, o facto de os franceses insinuarem que iriam apenas fechar o seu bloqueio económico aos ingleses e não atingir directamente Portugal, levou muitos portugueses a pensarem que a invasão francesa poderia ser um ponto final para os seus problemas, e mesmo, um factor de progresso social. Eram muitos os jacobinos a acreditar que o Exército de Napoleão vinha libertar o povo português das grilhetas da ignorância e da opressão inerentes à monarquia absolutista.

Isto fez com que o País se começasse a preparar tranquilamente para receber os invasores.

É isto que explica o facto de, embora Junot só tenha chegado a Lisboa em 30 de Novembro de 1807, quase dois meses antes (em 9 Outubro 1807) a Câmara de Faro já tivesse iniciado as preparações para receber as tropas invasoras!

Por outro lado, quando as tropas francesas já estavam perto de Lisboa, a 26 Novembro de 1807, D. João VI, nosso Príncipe Regente, mandou difundir um Decreto-Real a mandar o nosso povo receber os franceses com hospitalidade!

2. A chegada dos Franceses.

Em 29 de Novembro de 1807, a Família Real acompanhada por cerca de 15.000 pessoas entre nobres e criadagem, parte para o Brasil, protegida pela Armada Inglesa, numa manobra política e jurídica que preservava simbolicamente a independência portuguesa.



Visão romântica da partida da Família Real em Lisboa

No dia seguinte, em 30 de Novembro de 1807, os franceses entram em Lisboa mas, a ocupação do resto do País demorou ainda alguns meses, e foi frequentemente antecedida pelo exército espanhol.

Apesar do discurso de Napoleão dar motivos aos portugueses para acreditarem na boa fé dos seus exércitos, a verdade é que imediatamente antes da invasão, em 27 Outubro de 1807, este assina o tratado secreto de Fontainebleau com Godoy, o primeiro-ministro espanhol da época, no qual combinam partilhar Portugal após a invasão: o Norte ficaria para os franceses, o Centro seria decidido noutra altura, e a região a Sul do Tejo ficaria para os espanhóis! Godoy seria o Príncipe desta zona sul que se chamaria o Principado dos Algarves. Conta-se que o primeiro-ministro espanhol ficou tão entusiasmado com a ideia que imediatamente mandou cunhar moeda com a sua esfinge, secretamente, para o seu tão sonhado e desejado principado! Em Janeiro de 1808, já depois da ocupação oficial do País, são de facto os espanhóis os primeiros a chegar ao Algarve e, só em Fevereiro, o Exército francês começa a tomar posse das principais praças desta Região.



Manuel de Godoy, num quadro de Goya

As autoridades administrativas e sobretudo, eclesiásticas, em Faro, como o Bispo de Faro – D. Francisco do Avelar – recebe-os de forma subserviente. Apenas o Governador de Armas do Algarve e Conde de Castro Marim, D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça de Menezes, é afastado discretamente

do seu cargo por não querer servir os franceses. Os soldados portugueses são geralmente dispensados, excepto em Faro, onde ficam sob o comando francês.

À medida que a ocupação francesa se foi consolidando, as ilusões portuguesas de que estes iriam trazer o progresso ao País, esfumam-se depressa.

Os invasores aplicam um sem número de novos impostos que, no Algarve, haveriam de espezinhar sobretudo os marítimos olhanenses: o imposto maior era o “prato do governador”, que todos deveriam pagar, mas havia ainda as portagens para sair do Algarve através da Serra do Caldeirão, uma taxa própria para cada embarcação, portagens quando saíam para o mar através da Barra Velha, vinte por cento do pescado confiscado para o exército napoleónico, etc.

Devido a tudo isto nasceu um adágio popular nesta época que actualmente já está em desuso: quando os olhanenses se queriam referir a um vigarista habilidoso, costumavam dizer que ele “tinha mais artes que os Bonapartes”.

Finalmente, para além de todas estas "artes", para grande miséria dos olhanenses, Junot aplicava a pena de morte aos contrabandistas e não haveria na época, pelo menos no Algarve, uma terra com mais contrabandistas que Olhão!

A humilhação ainda aumentava mais porque os marítimos olhanenses eram obrigados a deslocarem-se a Faro para fazer estes pagamentos, e apercebiam-se que a situação era bem melhor para os farenses.

Efectivamente, para fomentar o colaboracionismo das autoridades administrativas sedeadas em Faro, os franceses tiveram uma política mais tolerante para com esta cidade.

É com este estado de espírito já revoltado que os olhanenses acolhem uma pequena guarnição de 24 soldados franceses na sua aldeia, em Abril de 1808.

Apesar de tudo isto, D. Francisco do Avelar (Bispo do Algarve) mais uma vez, de forma subserviente, manda ler, em 21 de Maio, uma pastoral em todas as missas onde recomendava a obediência às autoridades e o regresso dos desertores do Exército Português!

No entanto, estas pastorais já não calam a revolta do povo contra as várias humilhações sofridas e, talvez, sobretudo, contra a hipocrisia das falsas promessas e da distância entre o discurso cheio das bonitas ideias revolucionárias francesas, e os actos reais, de simples roubo e rapina.



D. Francisco do Avelar, num quadro de Joaquim José Rasquinho (1736 - 1822), existente no Museu Municipal de Faro

Embora os espanhóis tivessem sempre colaborado com os franceses, nesse mês de Maio de 1808 revoltam-se, quando Napoleão os atraiçoa, ao impor o seu próprio irmão, José Bonaparte, como Rei de Espanha!

O exército espanhol, aquartelado no nosso País para dar apoio aos franceses, num ápice, começa a regressar a Espanha para lutar contra os franceses!

Isto deixa o Exército Napoleónico numa situação muito difícil: em Espanha tinha uma situação quase incontrolável, e em Portugal, perdia uma força de apoio substancial.

3. A rebelião olhanense

Olhão era na altura uma simples aldeia sem qualquer importância administrativa ou política, atendendo ser povoada apenas por simples marítimos sem instrução nem quaisquer pergaminhos importantes para a época. Havia mesmo quem se referisse aos olhanenses depreciativamente como sendo apenas uma “raça de escravos”!

Mas, no entanto, a humilde aldeia estava já num crescimento imparável e teria na altura mais de 5000 habitantes e já quase nenhuma barracas.

Tinha ainda um património de luta e rebeldia contra a vizinha Capital do Algarve – Faro – atendendo que esta cidade sempre se tinha oposto a qualquer veleidade de desenvolvimento da aldeia: teve de ser sempre contra as autoridades de Faro e por pedido directo ao Rei, que Olhão conseguiu, primeiro substituir as suas barracas por casas de alvenaria (a primeira casa foi construída em 1715), e depois fundar o seu Compromisso Marítimo em 1765, autónomo da entidade fareense congénere.

Ora os franceses, ao instalarem-se em Faro, com a ajuda dos colaboracionistas e jacobinos farenses, e ao mostrarem um tratamento mais benévolo para os farenses, além do ódio natural a qualquer português, que os olhanenses já sentiam contra eles, acumularam ainda o ódio que os mesmos olhanenses sempre nutriram contra o poder político fareense.

No início de Junho os olhanenses sabem já que a Andaluzia estava lutando contra os franceses e que no Porto uma rebelião portuguesa tinha sido sufocada no dia 7.

Perante esta situação, Junot lança um Edital no dia 11 de Junho a convidar os portugueses a abraçarem a sua causa e pegar em armas contra os espanhóis.

Este Edital é colocado em Olhão, à entrada da Igreja Matriz e perto da prisão de Olhão.

Será no dia 12 de Junho, véspera do dia de Santo António, que é aceso o rastilho que iria resultar na bem sucedida revolta olhanense. Efectivamente, o Compromisso Marítimo tem um altar privativo no lado norte da Igreja Matriz – o altar da Nossa Sra. da Conceição, onde também figura o Sto António e as Armas Reais Portuguesas.

Atendendo que Napoleão tinha ordenado que todos os símbolos de soberania portuguesa deveriam ser destruídos ou escondidos, as Armas Reais Portuguesas estavam, servilmente, cobertas por um pano.

João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo, quando estava preparando o altar para os festejos de Sto António, resolve pôr a descoberto as Armas Reais Portuguesas.



Igreja Matriz de Olhão: à esquerda, o Altar da Nossa Srª da Conceição e as Armas Reais.

A excitação foi grande na aldeia! À noite içá-se uma bandeira nacional num mastro e, entre as cantigas dos festejos, dá-se vivas à Família Real.

No entanto, os ânimos serenaram até ao dia decisivo de 16 Junho, no qual se celebrava o Dia do Corpo de Deus. Em Olhão, à entrada da missa das 10h30,

na Igreja Matriz, o Coronel José Lopes de Sousa vê alguns marítimos tentando ler o Edital de Junot, no qual este pede aos “leais” portugueses para ajudarem os “amigos” franceses contra os espanhóis revoltados.

Este coronel era o Governador de Vila Real de Sto António, mas encontrava-se em Olhão haveria cerca de 2 meses, por motivo de doença. Certamente, sendo Governador, seria uma pessoa muito distinta no meio olhanense, constituído na época quase exclusivamente de marítimos pobres! Ao que parece, o Coronel tinha já granjeado respeito destes simples olhanenses e, quando este, irritado, rasga o edital e lhes faz um discurso patriótico, não hesitam em dar-lhe vivas e prometer-lhe dar a vida pelo Reino e o seu Príncipe!



A revolta à entrada da Igreja Matriz, no dia 16 de Junho de 1808, (pintura de Jorge Timóteo).

A missa é perturbada por um constante sururu e o padre Malveiro atreve-se a fazer a proibida *Collecta pro Rege*. À saída da missa o Coronel José Lopes de Sousa é, no meio de vivas ao Rei, mandatado pelo povo para dirigir a revolta. A bandeira nacional é hasteada na torre da igreja, é rasgado outro edital perto da

cadeia, os sinos tocam a rebate, a guarnição francesa de apenas 24 homens foi imediatamente aprisionada, e inicia-se freneticamente a organização da defesa da aldeia.

Um grupo vai à Fortaleza da Armona e consegue a adesão da guarnição portuguesa que lá se encontrava e que lhe fornece algumas peças de artilharia. Tentam o mesmo com a Fortaleza de S. Lourenço mas aqui são repelidos pela sua guarnição, também portuguesa.

Em Olhão organiza-se o alistamento, a defesa das entradas da aldeia, e João Pincho vai pedir socorro à esquadra inglesa perto de Ayamonte, onde encontra um homem que iria ser uma peça fundamental na revolta – o Capitão Sebastião Martins Mestre.

Este militar, ainda antes da revolta olhanense, no dia 13 Junho, pela surdina da noite, com alguns populares da Conceição de Tavira, ocupa de forma pacífica a Fortaleza de S. João, perto da Barra de Tavira, onde os soldados portugueses aquartelados aderem à revolta sem opor qualquer resistência. A 14 de Junho dirige-se à Isla Cristina para pedir ajuda à Armada Inglesa, e acaba por encontrar, no dia 17 de Junho, o olhanense João Pincho, que lá estava também com o mesmo propósito.

Não conseguem o apoio da Armada Inglesa mas conseguem trazer no dia 17 Junho, 130 espingardas da Junta de Ayamonte.

4. A resistência olhanense

O General Maurin (comandante das forças napoleónicas no Algarve), face aos acontecimentos de dia 16 em Olhão, percebendo que estava numa situação militar difícil, não ataca imediatamente, e tenta demover os olhanenses, primeiro com ameaças de dilúvio e, depois, com promessas de perdões. Para isso envia alguns padres colaboracionistas à aldeia que, evidentemente, nada conseguem.

Entretanto pede reforços às guarnições francesas de Vila Real de Sto António (que se puseram em marcha por terra) e de Tavira (que se deslocaram em três caíques pela Ria Formosa).

No dia 18, devido à intercepção de alguns “correios” do inimigo, o Coronel José Lopes de Sousa apercebe-se que os três caíques iriam passar não muito longe de Olhão, pelo que rapidamente aparelharam um caíque e algumas lanchas e seguiram para o recontro com os franceses. Estes, ao que parece, julgaram tratar-se de pescadores e foram apanhados completamente de surpresa. A Abordagem ocorreu perto da Barra Nova, de manhã, e quase sem derramamento de sangue, são aprisionados 81 franceses com as respectivas armas, que foram muito úteis nos recontros seguintes.

Nessa tarde, são também conhecidas movimentações das tropas francesas perto de Moncarapacho (que vinham de Vila Real de Sto António) e imediatamente se organiza a defesa da Aldeia de Moncarapacho e uma emboscada no sítio da Ponte Velha (perto de Quelfes).



Ponte Velha

Ao que nos contam as crónicas da época, o nervosismo e falta de disciplina dos paisanos portugueses denunciou-os aos soldados inimigos e estes, apesar de terem logo ali pesadas baixas, conseguiram retirar do local.

No entanto foram perseguidos encarniçadamente e no Sítio da Meia-Légua (local actualmente assinalado em plena Estrada Nacional 125, no sentido Faro-Olhão, muito perto já do Concelho de Faro) foram quase exterminados ...

Esta vitória esmagadora prenunciava que, provavelmente logo no dia seguinte, os olhanenses iriam ter de pagar muito caro o atrevimento de afrontar o que era, ainda na altura, o exército mais temido do Mundo.

Nessa noite, o Coronel José Lopes de Sousa e o Capitão Sebastião Martins Mestre (que também carecia de tratamento a um ferimento no recontro da Ponte Velha) vão a Ayamonte pedir ajuda aos ingleses e espanhóis num caíque. Aproveitam para levar todos os franceses até então aprisionados (cerca de uma centena), até porque estes eram um encargo muito grande para a Aldeia. Lembremo-nos que Olhão estava totalmente isolada e os marítimos não iam ao mar. Os mantimentos escasseavam e não deveria ser fácil alimentar 100 franceses nesta situação.

A verdade é que a saída do Coronel José Lopes de Sousa e o Capitão Sebastião Martins Mestre deixa os olhanenses totalmente abandonados à sua sorte, sem qualquer militar experiente a enquadrá-los!

Fica a chefiá-los o padre Malveiro!

Nessa noite, o povo que não podia combater dormiu nos barcos e na ilha do Coco. Os franceses, espantados com a firmeza daquela pequena aldeia de marítimos esfarrapados, começaram a desconfiar que estes já seriam auxiliados pelo Exército inglês.

O próprio padre Malveiro manda difundir boatos nesse sentido e, nas conversações com os emissários franceses refere-se a grandes forças auxiliares que tinha por trás de si! Conta-se que alguns espões colaboracionistas enviados de Faro perguntaram a algumas mulheres se elas não tinham medo do que os franceses lhes iriam fazer, ao que elas responderam “o que podem os franceses de Faro fazerem-nos, que os ingleses de Olhão não nos podem também fazer?”.

Os soldados franceses, na manhã de dia 19, saem finalmente de Faro para desferir o ataque decisivo a Olhão. Aproximam-se pelo Norte, cuidadosamente, e pensam entrever o brilho metálico das armas inglesas no orvalho matinal das piteiras. Finalmente, ao longe, julgam ver soldados ingleses na população que se apinhava na ilha do Coco. Isto refreia-lhes o desejo de arrasarem a irritante aldeia de pés-descalços e continuam a tentar resolver a revolta através de uma rendição negociada, com a ajuda das autoridades portuguesas de Faro.



Pintura de M. da Costa e Silva, retratando a população refugiada na ilha do Coco

Curiosamente, como muitos destes emissários portugueses eram já idosos e sem cabelo, fez com que mais tarde os olhanenses chamassem “carecas” aos farenses.

Na tarde de dia 19, quando muitos olhanenses já acreditavam que não teriam melhor alternativa que a rendição, e quando o exército francês estava finalmente preparado para o assalto final, em Faro estala a revolta popular o que obriga a que os franceses apressadamente regressassem.

No entanto, os franceses já não conseguiriam entrar em Faro e as revoltas começaram a eclodir em muitas outras localidades, tendo a situação ficado insustentável em todo o Algarve para as tropas napoleónicas. Estes só importunaram novamente Olhão no dia 22 de Junho, onde depois de terem sido novamente derrotados, ao fugirem para Norte, passam pela Capela de Santo Cristo (em Moncarapacho) e aproveitam para roubar algumas peças de prata e ouro.

5. A viagem do caíque *Bom Sucesso* ao Brasil

A Aldeia de Olhão levou a bom termo a primeira revolta contra os franceses bem sucedida em todo o País, sendo sua a responsabilidade de ter acendido o rastilho da revolta portuguesa que levou à expulsão do exército napoleónico.

Prova-o o conteúdo do Alvará de 15 de Novembro de 1808, no qual o Príncipe Regente e futuro D. João VI refere criar a “Vila do Olhão da Restauração” atendendo os olhanenses terem dado “o sinal da Restauração” ...que foi “o primeiro sinal para se restaurar a Monarquia de que se tinha apoderado o inimigo comum da tranquilidade da Europa” (ver Anexo 1 – Alvará de 15 de Novembro de 1808).

Outro facto histórico confirma a importância que o rei dava à primazia da revolta olhanense: o Conde de Castro Marim, D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça de Menezes, era um importante fidalgo que chefiou a Junta Suprema de Faro e foi nomeado Governador do Reino em 1808, após a expulsão dos franceses. O Rei, que devido às suas posições de lealdade o nomeou para o primeiro Conselho de Regência, também o nomearia logo em 21 de Dezembro de 1808, Marquês de Olhão, atendendo à associação clara que havia no seu espírito entre a pequena aldeia e a expulsão dos franceses.



D. João VI

Infelizmente estes factos são frequentemente esquecidos, não se fazendo sequer referência a Olhão na maioria dos trabalhos nacionais sobre esta época.

No entanto, este esquecimento seria ainda maior, caso os olhanenses não tivessem logo no mês seguinte protagonizado mais um acto de heroísmo que, esse sim, iria sensibilizar o Príncipe Regente para o que tinha sucedido naquele dia 16 de Junho no Lugar de Olhão.

Efectivamente, após a expulsão dos franceses do Algarve foi criada uma Junta Suprema em Faro onde, certamente devido ao protagonismo recente da aldeia, se encontrava um olhanense chamado Miguel do Ó, proprietário de uma embarcação de pesca típica da época - o caíque, que tinha cerca de 18 m de comprimento e 5,5 m de largura - de nome *Bom Sucesso*. Em 2 de Julho, perante um falso boato de que o Exército Napoleónico estaria novamente a preparar um ataque a Faro, uma parte considerável da população olhanense apresenta-se em massa na cidade para a defender.

Esta extraordinária manifestação de solidariedade impressionou a Junta Suprema e terá sido determinante para que esta decidisse que seria o caíque Bom Sucesso a levar a boa notícia da expulsão dos franceses à Família Real no Rio de Janeiro.

Rapidamente aparelha-se o navio e no dia 6 de Julho parte o caíque com 17 olhanenses, numa viagem tremendamente arriscada, orientados apenas pelas estrelas, as correntes marítimas, um mapa rudimentar de grande escala e uma bússula.

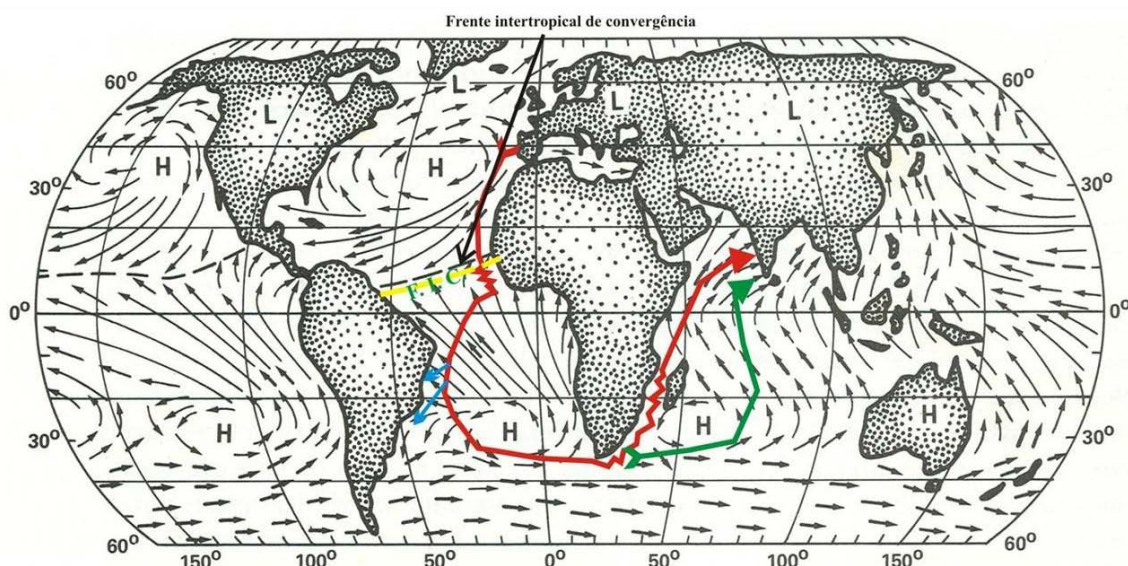
Tal como nos antigos tempos das Descobertas Marítimas, altura em que as grandes viagens mais arriscadas eram precedidas de solenes Missas de despedida, também esta viagem teve missa solene na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Olhão.

Chama-se a atenção que o caíque era uma embarcação de pesca preparada para a navegação mediterrânica mas não concebida nem nunca utilizada para atravessar o Atlântico (ver Anexo 2 – Os caíques do Algarve).

A viagem incluiu apenas uma paragem na ilha da Madeira onde entrou mais um membro para a tripulação.



Réplica do Caíque Bom Sucesso, em Olhão



Regime geral de ventos: atendendo aos ventos alísios, a rota para o Brasil era igual à primeira parte da rota para a Índia. A vermelho vemos a rota utilizada pelos navegadores portugueses para a Índia, por dentro de Madagáscar e a verde por fora desta ilha. A azul vemos o desvio que estes navegadores faziam para aportarem ao Brasil, a sul do Cabo de Santo Agostinho. Sucede que o caíque Bom sucesso aportou na Guiana Francesa, perto da frente intertropical de convergência, assinalada a amarelo.

O caíque foi comandado pelo Mestre Manuel Martins Garrocho e pilotado por Manuel Oliveira Nobre, tendo sido tripulantes António da Cruz Charrão, António Pereira Gémeo, António dos Santos Palma, Domingos do Ó Borrego, Domingos de Sousa, Francisco Lourenço, João Domingos Lopes, João do Moinho, Joaquim do Ó, Joaquim Ribeiro, José da Cruz, José da Cruz Charrão, José Pires, Manuel de Oliveira, Pedro Nínil e Francisco Domingos Machado (único tripulante não olhanense, entrado na Madeira). Estes homens tiveram de

lutar contra o mar, as más condições de habitabilidade da embarcação, fugir da Armada Francesa e seus corsários, dos piratas, da fome e da sede!



Mapa do Brasil onde se pode ver a Guiana francesa, donde o caïque teve de fugir a remos até atingir o Cabo de Santo Agostinho (a 41 Km do Recife), local em que teve novamente ventos favoráveis.

Navegando para sul e para oeste, arrostando com tempestades e calmarias, a embarcação foi sendo levada pelos ventos gerais e pelas correntes até à costa da América do Sul. Verificaram então, estarem muito a norte, no paralelo da Guiana, nos cinco graus de latitude Norte, perto de Caiena, colónia francesa, e portanto inimiga. Tiveram assim de se fazer de novo ao mar e progredir para sul, contra a corrente e com ventos adversos, certamente com longos períodos vencidos a remo. Mas passado o Cabo Santo Agostinho voltaram a ter ventos e

correntes favoráveis e escalaram Pernambuco, após mais de mês e meio entre mar e céu. Depois, continuaram para sul, ao longo da costa brasileira, até ao Rio de Janeiro, porto onde deram entrada a 22 de Setembro de 1808, concluindo assim, com sucesso, a missão de “correio marítimo”, que lhes havia sido confiada (ver Anexo 3 – Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do primeiro correio marítimo de Portugal em 1808).

A chegada daquele pequeno barco apinhado de 18 marítimos em condições deploráveis, portadores de boas notícias da metrópole, comoveu tremendamente toda a Família Real, pelo que o Príncipe Regente manda sair o já citado Alvará que eleva a aldeia de Olhão à categoria de vila, com o nobilitante título de Vila do Olhão da Restauração, permite aos olhanenses usarem uma medalha com a letra “O” e a legenda “Viva a Restauração e o Príncipe Regente Nosso Senhor”, cobre de mercês os tripulantes do caíque, oferece-lhes uma embarcação nova para estes regressarem a Portugal, e compra o caíque para este ser conservado *ad perpetuam memoriam* no Rio de Janeiro.

A viagem suscitou grande admiração na época, tendo José Agostinho de Macedo, padre, polemista e escritor famoso, celebrizado este acontecimento, dedicando-lhe um poema épico, “O Novo Argonauta”, publicado no ano de 1809, de que se transcrevem os seguintes versos:



Medalha que o Rei D. João VI concedeu aos olhanenses em 15 de Novembro de 1808

Talvez ignore o frígido Tamisa,
E o Sena transformado em sangue e luto,
Que o Atlântico mar banhe a pequena
E mal sabida Olhão: he esta a pátria
Do novo heroe, do vencedor dos mares
Co' as frágeis armas d'hum batel pequeno;
Cuja façanha audaz deixa esquecidos
De Américo, e Colombo o nome, e os feitos.

O caíque esteve ainda durante muito tempo no Museu da Marinha do Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras e, pelo menos em 1841, ainda era muito apreciado pelos visitantes mas, posteriormente, o seu significado foi sendo esquecido e actualmente desconhecemos o seu paradeiro, sendo provável estar irremediavelmente desaparecido.

APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Bibliografia:

- Fonseca, Alexandre – A viagem do caíque Bom Sucesso – Revista da Associação de Comandos Mama Sume, 2007, nº68, II Série, Julho/Dezembro: 86-89
- Gotteri, Nicole – *Napoleão e Portugal* – Teorema, Lisboa, 2006
- Iria, Joaquim Alberto – *A invasão de Junot no Algarve* - Lisboa, 1941
- Marques, Maria da Graça Maia - *O Algarve da antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história* - Lisboa: Colibri, 1999
- Nobre, Antero - *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, ed. "A Voz de Olhão", Olhão, 1984




Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Anexo 1 – Alvará de 15 de Novembro de 1808



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Anexo 1 – Alvará de 15 de Novembro de 1808



Alvará Régio

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará, com força de Lei, virem, que merecendo a minha Real consideração e estima os meus fiéis vassallos, habitadores do Lugar de Olhão, no Reino do Algarve, pelo patriotismo, amor e lealdade com que no dia 16 de Junho do corrente anno se deliberaram, com heróico valor e intrepidez mui própria da valerosa e sempre leal Nação Portuguesa, a sacudir o pesado e intoleravel jugo francês, em que se viam oprimidos e vexados, dando o signal da Restauração da sua liberdade tiranizada com factos injustos e violencias insoffríveis, e rompendo em vivas á Minha Augusta Pessoa, e a toda a Real Família, arvorando a bandeira portugueza e propondo-se a sustentar com as armas na mão e á custa do seu sangue a causa da Religião e do throno com tanta perfidia invadido: - e querendo eu dar um testemunho de que bem aceitos por Mim foram estes relevantes serviços, praticados com tanto brio, honra e valor, que foram o primeiro signal para restaurar a Monarquia de que se tinha apoderado o inimigo commum da tranquillidade da Europa, com manifesta usurpação e ultraje dos Meus Reaes direitos e da Augusta e Real Família, e ao mesmo tempo distinguir entre os presentes e vindouros o referido lugar de Olhão e seus habitantes - Hei por bem e Me praz erigi-lo em Villa e ordenar que da publicação deste em diante se denomine Villa de Olhão da Restauração, e que tenha e goze de todos os Privilegios, Liberdades, Franquias, Honras e Insenções de que gozam as villas mais notaveis do Reino e permite outrossim que os habitantes della usem de uma medalha na qual esteja gravada a letra O com a legenda - Viva a Restauração e o Príncipe Regente Nosso Senhor - . Pelo que; Mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erário; Regedor da Casa da Supplicação; e a todos os Tribunais, e Ministros, a que o seu conhecimento pertencer, o cumpram, e façam cumprir, como nele se contem, não obstante quaisquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrário, porque todas hei por derogadas para este efeito somente, como se delas fizesse expressa e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor: E este valerá como Carta passada pela Chancelaria, ainda que por ella não há-de passar, e que o seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da Ordenação em contrário: Registrando-se em todos os lugares onde se costuma registrar semelhantes Alvarás. Dado no Palácio do Rio de Janeiro em Quinze de Novembro de mil oitocentos e oito. - Príncipe. - Dom Fernando José de Portugal.



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Anexo 2 – Os caíques do Algarve



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Anexo 2 – Os caíques do Algarve

A propósito das actuais comemorações do bicentenário da revolta olhanense contra as tropas napoleónicas e da viagem do caíque Bom Sucesso ao Brasil, iremos dar uma breve explicação do significado deste barco que, até princípios do séc. XX, era ainda muito frequente em todo o Algarve.



O Caíque é uma embarcação que navegou na costa portuguesa desde o séc. XVI ao séc. XX, fundamentalmente no Algarve, e que era derivado do pangaio árabe.

Como o aparelho vélico é semelhante ao da antiga caravela portuguesa, os especialistas dividem-se entre os que acreditam ter sucedido à caravela e os que consideram ter-lhe antecedido.

Armava duas velas latinas em dois mastros colocados em direcções divergentes, um para vante e outro para ré, cada um com uma verga.

As suas velas latinas, copiadas dos árabes, tinham a grande vantagem de serem boas bolinadoras, ou seja, conseguiam progredir contra a direcção do vento (ao contrário das velas redondas, que envergam de borda a borda, e são boas para ventos de popa, as velas latinas envergam no sentido proa-popa). No entanto, estas velas podiam também navegar bem com ventos de popa quando se disponham "em borboleta" (cada vela disparava para um bordo diferente).

A vela envergada no mastro da ré é designada "grande", embora esta tenha menor área vélica, e a vela envergada no mastro de vante é designada "traquete", com maior área vélica.

Adicionalmente, a embarcação era equipada com uma outra vela alternativa mais pequena, armada à ré do mastro da ré, na gíria designada "cachapana". Esta pequena vela era utilizada em situações de manobra ou de mau tempo. Por vezes era também triangular, do tipo "latina", ou quadrangular, do tipo "carangueja" (neste caso a vela era envergada no mastro de ré com auxílio duma espicha).

Os caíques eram vistos sobretudo a atravessar o Mediterrâneo e a bordejar a costa atlântica portuguesa quando utilizadas para o transporte e comércio. Mas também eram utilizados como embarcações de pesca do alto, onde usavam aparelhos de linhas e anzóis.

Estas embarcações tinham as linhas finas e alongadas, com um comprimento de cerca de 18 m e 5,5m de largura. Muita quilha, proa arredondada, popa quadrada e convés corrido, com uma gaiuta à ré e duas escotilhas de acesso ao interior. O leme era interior.

Saliente-se que originalmente estas embarcações eram construídas em pinho manso e bravo próprio para construção naval. As vergas eram geralmente eucaliptos secos.

A tripulação poderia ir até 30 homens e 1 ou 2 cães de água que eram usados para procurar o peixe que se desferrava dos anzóis. Quando a tripulação estava em terra, a embarcação era guardada pelos cães de água.

Os caíques podiam também armar dois remos por bordo.

Chegou a haver caíques armados para a guerra (que protegiam a frota pesqueira dos ataques dos piratas mouros) e caíques preparados simplesmente para regatas, na década de 1860, organizadas pela Real Associação Naval, no Tejo.

Na última metade do séc. XIX, a actividade comercial desenvolvida pelos marítimos olhanenses, cresceu imenso, estendendo-se até ao Mediterrâneo Oriental. São conhecidas nesta época viagens em caíques até ao Mar Negro (em 1871, o mestre António da Silva Guerreiro foi até Odessa, na Rússia, para comprar cereais) e outras paragens como Oram, Nemours, Philippoville, Sardenha. Também na mesma altura, os olhanenses foram responsáveis pela colonização do sul de Angola, viajando para lá com os seus caíques.

Ainda mais importante é a viagem ao Brasil, feita por 18 marítimos a bordo do caíque "Bom Sucesso" em 1808, para dar à família real portuguesa, então lá refugiada, a boa nova da expulsão das tropas napoleónicas de Portugal. Nesta viagem heróica, estes homens aventuraram-se por um mar que desconheciam, apenas orientados pelas estrelas, as correntes marítimas e um mapa rudimentar!

O Príncipe Regente, reconhecido pela iniciativa da sublevação e pelo heroísmo da viagem marítima, elevou o pequeno e desconhecido Lugar de Olhão a vila, em 1808, com o epíteto de Vila da Restauração.

A réplica deste Caíque Bom Sucesso, construída em 2002 pela Câmara Municipal de Olhão, foi projectada pelo Eng. José Maurício, provavelmente com base em planta retirada do livro de Octávio Lixa Filgueiras e Alfredo Barroca - "O Caíque do Algarve e a Caravela Portuguesa" - editado pela Universidade de Coimbra em 1970.





Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Anexo 3 – Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do primeiro correio marítimo de Portugal em 1808



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Alberto Iria

**Um documento esquecido sobre a
chegada ao Brasil do primeiro Correio
Marítimo de Portugal em 1808**



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Olhão / 2008



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

**Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do primeiro correio
marítimo de Portugal em 1808**

Autor: Alberto Iria

Revisão: Deodato Pires, António Paula Brito.

Edição de Janeiro de 2008, da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão -, incluída nas actividades de comemoração dos 200 anos da revolta olhanense contra a ocupação napoleónica.

R. Dr. Miguel Bombarda nº 47, 8700-503 Olhão.

apos@olhao.web.pt

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008

1ª Edição - Separata dos «ANAI» II Série, Vol. 30 Academia Portuguesa da História
Lisboa – MCMLXXXV



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Prefácio

Este ano de 2008, no qual se comemoram 200 anos da revolta olhanense contra as tropas napoleónicas, é também, por isso, um ano onde os contributos e a memória de Alberto Iria são incontornáveis.

Alberto Iria, sendo olhanense, não foi apenas o maior historiador olhanense. Foi provavelmente o maior historiador algarvio! Os seus contributos para o esclarecimento da História do Algarve e, em concreto, do período relativo às invasões napoleónicas, são únicos.

Este artigo, que decorre de uma palestra efectuada por este historiador em Lisboa, dá-nos a conhecer dois documentos interessantíssimos para o esclarecimento do que então sucedeu em Olhão e, sobretudo, do seu impacto no Brasil, aquando da chegada do caíque *Bom Sucesso*, para informar a Família Real da expulsão das tropas napoleónicas: um documento mais formal, encontrado no arquivo histórico do Ministério do Negócios Estrangeiros, e outro documento mais popular, escrito por um Padre que testemunhou os acontecimentos.

Ambos os documentos reforçam a imagem da emoção provocada pela chegada do caíque olhanense ao Rio de Janeiro, no dia 22 de Setembro de 1808, mas também o protagonismo que Olhão teve na revolta, nomeadamente o reconhecimento de ter iniciado a primeira insurreição bem sucedida do País, em consonância com o que é referido pelo próprio Príncipe Regente no Alvará Régio de 15 de Novembro de 1808, que nos elevou a Vila!

Estes acontecimentos põem Olhão entre Portugal e o Brasil, e, Alberto Iria, por ter sido um dos que mais se dedicou a este capítulo da História, acabou por se tornar também um dos historiadores mais prestigiados e acarinhados em Portugal e no Brasil.

A APOS, com os seus poucos recursos humanos publica mais este artigo na web, a par de outros, de forma a contribuir para as comemorações de 2008 mas aqui, também, para homenagear a figura e a obra de Alberto Iria.

Olhão, Janeiro de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do primeiro correio marítimo de Portugal em 1808



Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão

Ainda por fazer ou talvez já feita, embora não possa no momento garantir, a História dos Correios Marítimos em Portugal será sempre um tema fascinante para novas pesquisas, na comprovada certeza em que fico do muito mais que, naturalmente, haverá para revelar sob o pó dos papéis guardados em alguns arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros.

No que concerne a tão especial capítulo da nossa actividade marítima, já eu próprio tenho também dado, mais de uma vez, e sempre em primeira-mão, tal como agora de novo faço, algumas pequenas contribuições ao revelar factos e circunstâncias até então mal conhecidos ou simplesmente ignorados da historiografia portuguesa contemporânea e de que outros às vezes se aproveitam, sem ao menos citar a fonte... Assim, em 1936, ainda que num excerto incompleto da minha tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, naquele ano apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, tratei pela primeira vez do tema, ao qual dou agora novas achegas. E escrevi então o seguinte, como intróito, que julgo indispensável repetir aqui:

- «O Algarve em menos de oito dias tinha expulsado os franceses para além da serra do Caldeirão.

Organizada a defesa e tomadas as primeiras medidas de carácter político-militar, o Supremo Conselho de Regência, instalado em Faro, resolveu participar à Corte portuguesa, refugiada em terras de Santa Cruz, o patriótico levantamento desta província contra o invasor.

Das praias de Olhão, antiga colmeia de audazes pescadores, onde primeiro se erguera o grito da independência, partem os mensageiros da boa nova».¹

Alguns anos depois, em 1941, pude então mais desenvolvidamente abordar de novo o apaixonante tema, graças à possibilidade material que me foi dada de ver por fim publicada a minha própria tese de licenciatura, agora refundida e enriquecida de maior documentação. E ali escrevi o seguinte, que também forçoso é repetir aqui, na sequência do que transcrevi acima:

- «Tal era, pois, a situação do Algarve, no momento em que a Regência resolveu enviar à Corte do Rio de Janeiro o seu primeiro *correio marítimo*.

¹ IRIA, Alberto, *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca Bom Sucesso em 1808. Um episódio à margem da Guerra Peninsular (Excerto de uma tese)*. Lisboa, 1936.

Como arautos da boa nova foram escolhidos os pescadores de Olhão, os mesmos que depois de terem sido os primeiros a proclamar a independência no sul, se dirigiram a Faro, no dia 2 de Julho, armados como puderam, para reforçar a cidade sob a falsa ameaça de ser atacada pelos franceses.(...)

Mestre Manuel Martins Garrocho aparelhou enfim a sua embarcação, um pequeno caíque de pesca, o *Bom Sucesso* que não teria mais de quinze a vinte metros de comprimento por três ou quatro de largura, e da lotação de «duas mil arrobas» aproximadamente.

Neste frágil barquinho, se propôs o piloto Manuel de Oliveira Nobre chegar ao Brasil com os seus restantes companheiros: António Pereira Gémio; António da Cruz Charrão; António dos Santos Palma; Domingos do Ó Borrego; Domingos de Sousa; Francisco Lourenço; João Domingues Lopes; João de Munho (Moinho);. Joaquim do Ó; Joaquim Ribeiro; José Pires; José da Cruz; José da Cruz Charrão; Manuel de Oliveira e Pedro Nínil, num total de 17 homens.

Ao mestre da embarcação, vulgarmente conhecido pela alcunha de *Drago*, concedeu a Regência um salvo-conduto, datado de 6 de Julho, pelo qual sabemos que o dito Garrocho deveria aportar à Ilha da Madeira, para ali deixar em liberdade um tal Mateus Garcia, sua mulher e dois filhos menores que levava sob prisão. Ignoramos, porém, as razões que deram origem a esta expressa determinação do Governo. Será a mulher deste Mateus Garcia a mesma que, segundo Acúrcio das Neves, se familiarizara com Maurin? Não podemos afirmá-lo.

Mestre Garrocho era também portador dos seguintes documentos para o Regente de Portugal:

1. carta do Governo de Faro, redigida por um dos seus membros, Cónego António Luís de Macedo e Brito, datada de 5 de Junho, participação oficial da restauração do Algarve;
2. cópia do auto da eleição do Governo de Faro, datada de 22 de Junho, a fim de ser aprovada pelo monarca, documento acompanhado do auto de posse e termo de juramento dos membros da Regência;
3. duas cartas do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar, nas quais o prelado felicitava o Regente em seu nome pessoal e no do clero algarvio, datadas de 2 e 3 de Julho;

4. carta do Compromisso Marítimo de Olhão, datada de 2 de Junho, em que também se apresentavam felicitações ao Monarca e se fazia a descrição sumária da situação daquela aldeia durante o domínio francês.

Enfim sob os melhores auspícios deixou o *Bom Sucesso* as costas do Algarve no dia 6 de Julho.

Chegado ao Funchal foram cumpridas as disposições da Regência e o Governador da ilha, Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses também confiou a Mestre Garrocho alguma correspondência para a Corte do Rio, para onde igualmente enviou, ao que parece, o preso que recebera do Algarve.

Depois de fazer aguada e de se abastecer para a longa travessia, o caíque tomou o rumo da América do Sul, possivelmente já em 16 de Julho, levando agora mais um jovem piloto, Francisco Domingos Machado, a quem Oliveira Nobre convidou por temer adoecer ou morrer subitamente, a partilhar os riscos ou a glória da viagem. O piloto Machado, embora simples praticante, já tinha feito uma carreira ao Oriente de Lisboa a Macau, a bordo da galera *Voadora*, do comerciante lisbonense José Nunes de Oliveira.²

Mais adiante, escrevi ainda em 1941:

- «Entretanto chegava ao Rio de Janeiro, em 22 de Setembro, o primeiro correio marítimo enviado à Corte pela Regência do Algarve, o já aludido caíque *Bom Sucesso*. No dia 28 chegou também ali o bergantim *S. José Americano* com a notícia da sublevação do Norte do País. Por último saiu de Lisboa, no dia 20 de Outubro, a fragata *Andorinha* com a participação da Restauração do Reino, a qual já em 21 de Dezembro se encontrava no Rio de Janeiro. É muito provável que igualmente por essa data ou talvez um mês antes, tivesse aportado à baía de Guanabara o segundo correio marítimo da Regência de Faro, isto é, o iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo* que saíra do Algarve, como dissemos, no dia 8 de Agosto».³

E ao referir-me ao mês de Agosto de 1808, informei que:

- «Já então o Governo [do Algarve] deliberara enviar [de Faro] à Corte do Rio de Janeiro um segundo correio marítimo, pois que, no dia 6, foi passada carta credencial

² IRIA, Alberto, *A invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Lisboa, 1941, pp.132-134.

³ IRIA, Alberto, ob. cit., p. 197.

ao novo emissário, Dr. José Joaquim de Miranda e Horta Machado. O Conde de Castro Marim receava pela sorte dos tripulantes do *Bom Sucesso*, e aproveitava agora o ensejo de enviar ao Príncipe Regente notícias mais circunstanciadas (...)

Finalmente no dia 8 o iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo*, conduzido pelo Mestre António Luís, partia de Faro para o Rio de Janeiro com o enviado da Regência.»⁴

Ainda em 1941, depois de ter revelado que Custódio José da Silva fora um dos tripulantes do iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo* ⁵, mais me foi dado informar, mas relativamente ao ano de 1809, o que também quero desde já pôr aqui em relevo:

- «Em Janeiro do mesmo ano o mestre e a tripulação do caíque *Bom Sucesso* requereram ao Soberano algo que não nos foi possível apurar. E, em 4 de Março seguinte, reuniu a Câmara de Faro para tomar conhecimento de um. requerimento dos moradores de Olhão, no qual pediam a D. João VI a incorporação das freguesias da Fuzeta, Quelfes e Pechão no termo da nova vila, bem como o título de *Leal* e a construção de um monumento que perpetuasse ali a data da insurreição [16 de Junho de 1808] contra os franceses, apenas com a seguinte legenda: Lealdade!»⁶.

Em 1963 revelei também, em primeira mão, o recibo, até então inédito, das bem merecidas alvissaras dadas pelo Príncipe Regente D. João, na Corte do Rio de Janeiro, «aos Algarves – *como nele se diz* – que vieram de Olhão com a notícia da restauração do Reyno do Algarve, na importância de hum conto e duzentos mil reis», passado ali pelo Brigadeiro Francisco José Rufino de Sousa Lobato, em 22 de Setembro de 1808⁷.

Até aqui, no que mais importa agora referir no essencial, relativamente à viagem do caíque de Olhão ao Brasil, em 1808, uma série de factos novos por mim revelados à nossa historiografia coeva sobre o assunto, para além de outros de não menor importância, em especial referentes às biografias dos seus heróicos tripulantes por

⁴ Idem, *idem*, p. 171. O referido iate devia ser tal como o descreveu, nos finais do século XIX, Baldaque da Silva: «Hiate - tipo de navio pequeno de coberta, aparelhado com dois mastros para latinos e gaff-tops, pau da bujarrona e estae ... » (SILVA, A. Baldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal (...) referido ao anno de 1886*, Lisboa, 1891, p. 500. Veja também: LEITAO, Comandantes Humberto, e LOPES, J. Vicente, *Dicionário da linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa, 1963, p. 237. Cf. 2ª edição, Lisboa, 1974, p.305. ambas do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos,

⁵ Idem, *idem*, p. 252.

⁶ IRIA, Alberto, *ob.cit.*, p.292

⁷ IRIA, Alberto, *As Caravelas do Infante e os Caíques do Algarve. Subsídios para o estudo da Arqueologia Naval Portuguesa*. Lisboa, 1963, p.107. Edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

igual modo consignados naqueles meus anteriores estudos, embora quanto a estas biografias não tenha ainda revelado e esgotado tudo quanto me foi dado apurar.

Em 1953, porém, quando o infatigável historiador e meu saudoso Amigo Ângelo Pereira, deu à estampa mais outro notável volume do seu ainda hoje pouco estudado, mal aproveitado, mas fundamental estudo sobre *D. João VI Príncipe e Rei*, e teve então a extrema gentileza de me oferecer o primeiro exemplar saído do «prelo», como diz na dedicatória, prometi-lhe nessa ocasião, a seu bondoso incitamento, exumar e divulgar um seu pouco conhecido documento, na primeira oportunidade que me surgisse. E ela, infelizmente, só agora surgiu, já depois do seu falecimento. São todavia grandes as novidades que tão esquecido documento nos dá. É pois à sua nova luz que melhor e de forma mais completa se entenderão agora as notícias já por mim anteriormente reveladas, quanto ao primeiro correio marítimo enviado de Portugal ao Brasil. Refiro-me, concretamente, à triunfal chegada, sublinho e insisto, do pequeno caíque de Olhão ao Brasil em 1808 depois da sua arriscada viagem do Atlântico Sul. Circunstância naval documentada mas até agora não divulgada, porque ficou ... lamentavelmente esquecida ou simplesmente ignorada da nossa moderna historiografia.

Aqui fica, portanto, registada a parte que, do precioso documento, mais interessa. E será este o preito da minha singela e póstuma homenagem a Ângelo Pereira, na pessoa da sua ilustre filha, a Senhora Dr.^a Maria da Graça, minha muito prezada Amiga e antiga condiscípula na Faculdade de Letras de Lisboa, e na de seu querido neto, cujas presenças muito me sensibilizam e do coração agradeço como me cumpre. É que, além do mais, e é bom que também nesta Academia se diga, o já falecido historiador Ângelo Pereira prestou aos historiadores luso-brasileiros grandes serviços com a riquíssima obra, opulentamente documentada, que nos legou, obra que não é justo esquecer ou minimizar.

Ângelo Pereira, no caso agora vertente, produziu um documento único que revela, nada mais nada menos, o relato mais fidedigno da chegada ao Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1808, do primeiro e inesperado correio marítimo de Portugal, com as primeiras e mais sensacionais notícias da expulsão dos invasores franceses do Algarve.

Eis o documento, repito, apenas na parte que mais interessa exumar e divulgar neste momento, isto é, relativa à triunfal chegada à baía de Guanabara do caíque de pesca

«*Bom Sucesso*», o famoso «*Drago*» – assim era a sua vulgar alcunha – ou o *caíque de Olhão*, façanha naval que, em 1808, recorde-se mais uma vez, causou natural assombro e espanto dentro e fora do País e em particular no Brasil.

Ângelo Pereira fez a cópia – cujas abreviaturas me permito desenvolver do documento que segue no chamado «Arquivo Histórico» do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para ilustrar o que ele chamou: «*As impacientes e temerárias ambições do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho*».

Oiçamo-lo:

«Foi o portador destas ditosas esperanças hum Caíque do Algarve que inopinadamente se dirigiu à barra deste Porto do Rio de Janeiro no dia _8 de Setembro arvorando Bandeira Portuguesa, aparição que causando uma geral satisfação e alegria se fez logo mais viva e mais sensível vendo se desembarcar de uma desusada embarcação em viagens (sic) de tão longo curso, hum grande numero de Algarvios condecorados com o distintivo de uma fita e laço encarnado no braço esquerdo publicando a restauração do Reino do Algarve pela expulsão dos francezes que o guarnicião. Conduzidos a presença de Sua Alteza Real o Principe Regente que os recebeo com demonstraçoens de grande satisfação, e com aquella Benevolência e Benignidade com que acolhe sempre os Seus fieis Vassallos apresentarão aquelle Senhor os Papeis de que vinhão encarregados que consistião em huma Carta do Conde Monteiro Mor para Sua Alteza Real, huma do Bispo do mesmo Reino do Algarve, outra da Camera de Faro, outra do Real Compromisso do Lugar de Olhão escritas e adressadas (sic) a Sua Alteza Real e com estas huma Participação do Supremo Conselho do Algarve semelhantemente dirigida a Sua Alteza Real em que se relatavão os importantes sucessos da expulsão dos Francezes que se achavão no Algarve, da restauração d'aquelle Reino, e da aclamação e reconhecimento da Rainha Fidelíssima e do Príncipe Regente Nosso Senhor e da Regencia que o Povo havia estabelecido com a denominação de Supremo Conselho do Reino do Algarve em vista de prevenir os efeitos que poderião resultar de uma anarchia.

Pelo que se ouviu a Sua Alteza Real se verifica que a Carta do Monteiro Mor que residia em Faro como particular depois da Invasão dos Francezes n'aquelle Reino do Algarve se reduzia simplesmente a huma exhortação de sentimentos affectuosos e a huma exhortação ascetica sobre a necessidade de implorar o auxilio e Misericordia do Altissimo rogativas de que elle se occupava, requerendo Sua Alteza Real as praticasse similhante pela sua parte.

Foi pois pela Carta do Bispo escrita a Sua Alteza Real na data de 2 de Julho, pela Participação do Supremo Conselho do Reino do Algarve, pela Carta da Camera de Faro e da do Real Compromisso do Lugar de Olhão que constou a Sua Alteza Real que fora n'aquelle Lugar e no dia 16 de Junho que se dera

⁸ O documento não indica o dia



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

o primeiro impulso à fidelidade e valor Portuguez comprimido pelas extorsoens e violencias commetidas pelos Francezes em quanto occuparão aquelle Reino, succedendo, no acto de mandarem estes affixar hum Edital, achar se ali presente o fiel e valoroso José Lopes de Sousa que tinha sido Governador de Vila Real; que indignado pela nova violencia que os Francezes querião practicar obrigando os Algarves a fazer huma diversão atacando os Espanhoes pela parte de Ayamonte, arrancando elle mesmo o Edital exclamou Que já não havião (sic) Portugueses resolutos que elle se offerecia para conduzir os que quizessem libertar a Patria e sacudir o jugo estranho, animados os habitantes por esta exhortação correrão sobre os Francezes, que se retirarão para Faro deixando alguns mortos e feridos e 58 prisioneiros. Irresolta a Governança de Faro procurou induzir os de Olhão a que se submetessem e se retirassem para suas casas, mas presistindo (sic) estes ultimos constrangerão por hum tal exemplo de perseverança os de Faro a que dessem iguais provas de valor e fidelidade, que os determinarão a attacar os francezes obrigando-os a evacuar o Algarve, donde passarão depois a Cidade de Beja em que saciarão a sua cruel vingança incendiando parte da Cidade, saqueando os habitantes, violando as mulheres, e as religiosas nos Conventos e cometendo actos de atrocidades proprios dos tempos da mais horrida barbaridade.

Effectuada por este modo a restauração do Algarve passou o Povo de Faro a requerer no dia 22 de Junho a Organização de hum Governo interino a que se deu o nome de Conselho Supremo do Algarve nomeou para Presidente delle o General em Chefe do Exercito o Conde Monteiro Mor, com sete vogaes de cada hum dos Trez Estados que a pluralidade de votos deverião decidir dos Negocios que occoressesem, e efectivamente se procedeo no dia seguinte, 23 de Junho a prestarem os Deputados eleitos nas Mãos do Bispo o juramento e presença dos trez Estados o Juramento de bem governar decidir e resolver todos os pontos relativos ao seu officio com a devida rectidão e verdade.

He para notar, porque esta observação deve servir para illustrar a narração que vai a proseguir-se, (sic) que tanto a Camera (sic) de Faro na Carta que escreveo a Sua Alteza Real em data de 30 de Junho, como o Real Compromisso de Olhão por outra que escreveo ao Príncipe na data de 2 de Julho do presente anno de 1808 referem os camaristas que tendo podido alcançar por Gibraltar e por Sevilha armas de que se achavam inteiramente desprovidos, não podião eximir-se de representar a Sua Alteza Real a precisão em que estavam de dinheiro para muniçoens de boca e pagamento dos que gloriosamente vão expor a vida pela defesa da patria e da Religião, acrescentando que a Camera não podia nem devia recorrer sobre hum tal artigo a outrem mais que a Sua Alteza Real como Pai e Soberano, repetindo e insistindo a mesma Camera que houvesse Sua Alteza Real defferir aquella Justa Suplica que merecia a Sua Real e Paternal atenção. Com igual energia e justiça implorou o Real Compromisso do Lugar de Olhao a Protecção e auxilio de Sua Alteza Real expressando que aquelle Povo em razão de estar em Armas tinha deixado as occupaçoens de que vivia e chegara a tal ponto de Miseria que o Real Compromisso por causa de não possuir já numerario algum se tem visto precisado a mendigar o seu sustento pelas Ruas!

A importancia destes grandes acontecimentos e a consideração de que elles merecião a mais seria attenção por ser indispensavel tomar sem perda de tempo medidas efficazes e dar providencias promptas e acertadas, fez lembrar a Sua Alteza Real a propriedade de convocar a Seu Conselho de Estado, e na conformidade das Reais determinaçoens forão avisados os Conselheiros para se acharem no Paço as 10h1/2 da manham (sic) de 21 do presente mez de Setembro, e reunidos todos na Real Presença abriu a Sessão D. Rodrigo de Sousa Coutinho como Relator, por ser o Negocio da Sua Repartição, lendo hum papel fraseado em que depois de hum sucinto e por extremo abreviado resumo do que se havia praticado no Algarve, occultando a Correspondencia e mais Papeis authenticos recebidos d'aquelle Reino que se não produzirão propunha a necessidade de formalizar huma Proclamação aos Portuguezes, louvando a energia e fidelidade com que se havião comportado no glorioso empenho da restauração da Monarquia exhortando-os a prosseguir com igual fervor, animando-os com a esperança do regresso de Sua Alteza Real e da sua Real Familia, começando por lhes prometer a próxima chegada do Senhor Infante D. Miguel ou do Senhor Infante D. Pedro Carlos, acabava por fazer-lhes esperar avultados socorros que EIRei da Bretanha, fiel Alliado de Sua Alteza Real, devia fornecer generosamente (...)»⁹.

Vê-se, antes de mais, por este esquecido documento do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, agora de novo exumado, o natural alvoroço e a justificada alegria da população do Rio de Janeiro e a grande emoção da Corte Portuguesa ali instalada, havia ainda poucos meses, ao ver inesperadamente chegar à barra e em seguida fundear na baia de Guanabara tão «desusada embarcação em viagens (sic) de tão longo curso», de dois mastros e velas latinas, e dela vistosamente desembarcarem depois na cidade os «17 Algarvenses», tripulantes do tão minúsculo caíque de pesca de Olhão, o «*Bom Sucesso*», como me foi dado revelar mais modernamente.

É que todos também ostentavam agora ali - facto novo e digno de realçar - «uma fita e laço encarnado no braço esquerdo publicando a restauração do Reino do Algarve pela expulsão dos Franceses que o guarnecião».

Digna de um grande Pintor de Arte teria sido a vistosa e garrida cena do desembarque, no velho cais do Rio de Janeiro, desses «17 Algarvenses» do caíque de Olhão, perante a admiração e o natural espanto da multidão e das autoridades ali congregadas para os receber e ovacionar.

⁹ PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei. Volume I. A retirada da Família Real para o Brasil (1807). Revelação de documentos secretos e inéditos sobre o grande acontecimento.* Lisboa, 1953, pp. 296-298.

Quando dará Olhão, ao menos, o nome de todos esses 17 tripulantes, por mim revelados e identificados em primeira-mão, a ruas da minha terra e não só a alguns? Aqui fica o meu alvitre, talvez para ficar também esquecido... quem sabe?!

Todos eles foram então conduzidos à presença do Príncipe Regente D. João, a quem apresentarão «os Papeis de que vinhão encarregados ...», outro facto novo também agora documentado, «Papeis», aliás, já por mim mais individualmente revelados e publicados em 1941, no estudo atrás referido.

E não teria sido menos admirável e singularmente original, a tela a óleo do Pintor que tivesse sabido fixar, para a posteridade, a recepção pública e oficial destes 17 humildes mas arrojados nautas de Olhão, pelo Príncipe Regente na Corte do Rio de Janeiro.

O documento agora exumado do esquecimento uma vez mais confirma, e pela boca dos seus próprios contemporâneos, além dos numerosos testemunhos civis, militares e religiosos da época, também já por mim anteriormente revelados e documentados, ter sido o dia 16 de Junho de 1808, o da Revolução de Olhão, e não outro, o da maior relevância político-militar, sublinhe-se, para a libertação do jugo francês no extremo Sul de Portugal.

Mas a enumeração que fiz, e publiquei em 1941, como atrás disse, dos documentos levados do Algarve para a Corte do Rio de Janeiro, em 1808, pelo primeiro correio marítimo ali chegado de Portugal, difere um pouco da que foi feita no documento publicado por Ângelo Pereira.

Segundo este documento, o correio então transportado foi o seguinte:

- « huma Carta do Conde Monteiro Mor»; «huma do Bispo do mesmo Reino do Algarve, outra da Camera de Faro, outra do Real Compromisso do Lugar de Olhão», além da «Participação do Supremo Conselho do Algarve em que se relatavão os importantes sucessos da expulsão dos Franceses que se achavão no Algarve...».

Segundo porém, o que, em 1941, me foi dado apurar e publicar, não foi uma, mas foram duas as cartas de felicitações então enviadas pelo bispo do Algarve ao Príncipe Regente, uma em seu nome pessoal e outra em nome do clero algarvio, respectivamente datadas de 2 e 3 de Julho.

O Príncipe Regente leu desde logo a carta do Conde Monteiro Mor, então particularmente residente em Faro, e durante a ocupação francesa, a qual não me referi em 1941, apenas porque não encontrei a respectiva cópia. Mas, pelo que revelou

o esquecido documento de Ângelo Pereira, a que me reporto, o conteúdo dessa carta reduzia-se «simplesmente a huma exhortação de sentimentos affectuosos e a huma exhortação ascetica sobre a necessidade de implorar o auxilio e Misericórdia do Altíssimo rogativas de que elle [o Conde Monteiro-Mor] se ocupava, requerendo Sua Alteza Real as praticasse semelhante pela sua parte ...».

O documento de Ângelo Pereira refere-se também a uma «carta da Camera de Faro», de 30 de Junho, à qual também não me referi em 1941, mas cujo importante conteúdo agora ficou revelado:

- «... referem os Camaristas que tendo podido alcançar por Gibraltar e por Sevilha armas de que se achavam inteiramente desprovidos não podião eximir-se de representar a Sua Alteza Real a precisão em que estavam de dinheiro para muniçoens de boca e pagamento dos que gloriosamente vão expor a vida pela defesa da pátria e da Religião...»

Curioso é salientar que, em 1953, no documento trazido a público por Ângelo Pereira, confirma-se muitos pormenores e circunstâncias por mim revelados em 1941, quanto à expulsão dos franceses do Algarve. E, entre eles, este importante facto: «Irresolta a Governança de Faro procurou induzir os de Olhão a que se submetessem e se retirassem para suas casas ...»

Diz, porém, o documento publicado por Ângelo Pereira, «que, no dia 21 de Setembro de 1808, pelas 10 h 1/2 da manham, o Príncipe Regente convocou e reuniu o seu Conselho de Estado, em face da importância destes grandes acontecimentos», que «merecião a mais seria attenção por ser indispensável tomar sem perda de tempo medidas efficazes e dar providencias promptas e acertadas ...».

Abriu a sessão - diz o referido documento - D. Rodrigo de Sousa Coutinho «como Relator, por ser o Negocio da Sua Repartição, lendo hum papel fraseado em que depois de hum sucinto e por extremo abreviado resumo do que se havia praticado no Algarve, occultando a Correspondencia e mais Papeis authenticos recebidos d'aquelle Reino que se não produzirão propunha a necessidade de formalizar huma Proclamação aos Portuguezes, louvando a energia e fidelidade com que se havião comportado no glorioso empenho da restauração da Monarquia ...»

Não conheço a Proclamação em referênciã. Mas por aqui fico, nesta simples referênciã às promessas então feitas pelo Príncipe Regente que, inclusive, chegou a prometer

aos Portugueses o próximo regresso a Portugal de seu filho o Infante D. Miguel e o de seu sobrinho e genro o Infante D. Pedro Carlos de Borbon e Bragança com afagueira (mas infundada) esperança de receber do Rei da Grã – Bretanha, seu «fiel Aliado», «vultados socorros» e ... «generosamente ...» Mas isso ... é outra história, que já sai do âmbito desta.

Por agora apenas desejo ainda documentar a chegada ao Brasil, em 1808, do primeiro correio marítimo de Portugal, num dos mais típicos barcos do Algarve - o caíque de dois mastros e de duas velas latinas, triangulares, com mais uma fonte impressa da época.

Trata-se de um não menos precioso depoimento, da autoria de uma testemunha ocular, que completa o documento oficial publicado por Ângelo Pereira.

Refiro-me ao P^e. Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido pelo Padre Perereca que no Rio de Janeiro escreveu efectivamente o seguinte:

- «Mas uma risonha aurora começa desde já a anunciar-nos dias mais serenos, e brilhantes no horizonte de Portugal. A audácia portuguesa, coisa incrível! rompe impávida um imenso golfão em pequeno e frágil caíque, e vem trazer ao soberano alegres notícias. Vimos entrar por esta barra do Rio de Janeiro a tão pequena embarcação ornada com as Reais Quinas; e desde que foi avistada ao longe, e conhecida por vela da costa de Portugal, lisonjeiras esperanças ocuparam os nossos corações. Com efeito, não nos enganámos. Os leais portugueses do pequeno Reino do Algarve, sem perda de tempo, despediram este correio a Sua Alteza Real, para o certificarem de que aquele Reino estava livre dos inimigos, que o dominavam, e de novo por ofícios do Governo, e Câmaras, ratificavam a sua obediência, e vassalagem ao seu legítimo príncipe. A pequena povoação de Olhão foi a primeira, que levantou a voz da independência no dia 16 de Junho; (naquele dia, em que o Novo Mundo viu pela primeira vez um soberano europeu com a sua Corte na maior pompa, acompanhando pelas ruas do Rio de Janeiro, capital do Brasil, o seu Deus Sacramentado, e dando aos povos do Império Lusitano do Ocidente o mais enérgico exemplo de acatamento, em adoração a Majestade Divina), sim, foi neste memorável dia de festa do Corpo de Deus, e da instalação da Real Capela do Rio de Janeiro, que começou em Portugal a ouvirem-se as vozes da liberdade, e os ecos dos vivas a Sua Alteza Real, o Senhor D. João, e a augusta Casa de Bragança. Um honrado e heróico militar, o coronel José Lopes de Sousa, com estas sublimes palavras – já não há portugueses – em um momento acendeu a sagrada chama do patriotismo no coração deste pequeno, mas valoroso povo de Olhão; daqui lavrou o incêndio por todo o Algarve; os franceses são repelidos, e acoitados por toda a parte, e as águias assustadas voaram para além das serras do Monchique, e do Caldeirão. Tal é em suma o começo da independência de Portugal, e a primeira notícia, que o Príncipe

Regente Nosso Senhor teve daqueles leais, e amantes vassallos, e que tanto alegrou o seu paternal coração. Sua Alteza acolheu com prazer, e benignidade, estes novos argonautas; premiou com o hábito da Ordem de Cristo o intrépido comandante do caíque, e conferiu-lhe o posto de 1º tenente da sua Real Marinha; comprou com liberalidade o caíque, em que vieram os algarvios e os mandou ao depois regressar para a pátria em outra embarcação mais cómoda, e segura. A vila de Olhão da Restauração, elevada por Sua Alteza Real a esta honrosa graduação, e título, e a medalha, que o mesmo Real Senhor conferiu aos habitantes dela, serão eterna memória da lealdade, e valor dos portugueses»¹⁰.

Escusaria de dizer agora que todos os informes acima referidos pelo Padre Perereca, por cuja alcunha é mais conhecido, foram já por mim objecto de mais larga e documentada análise, no meu já atrás citado estudo de 1941, inclusive os que se reportam a elevação de Olhão a vila, à concessão da régia medalha de prata aos seus valorosos habitantes, etc., etc.

Neste momento e para concluir, além de renovar a minha pública gratidão ao nosso querido confrade e Amigo Arquitecto Carlos Francisco Moura, pela valiosíssima colaboração que me deu para esta comunicação e continua felizmente dando para outras, neste meu constante aprofundar de história luso-brasileira, à luz de fontes existentes no Brasil, desejo ainda recordar o que considero o natural remate do específico tema hoje abordado nesta Academia e já por mim referido em 1936¹¹.

Logo em 1809, José Agostinho de Macedo dedicou ao feito náutico do caíque de Olhão, um ano antes, o seu conhecido poema *O Novo Argonauta* (que teve segunda

10 SANTOS, Luís Gonçalves dos (Padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Em apêndice: *Documentos e notas bio-bibliográficas, índices completos da obra tanto do anotador como do autor*. Livraria Editora Zélio Valverde - Travessa do Ouvidor, 27. Rio, 1943, Tomo II, pp.272-273. Ainda a página 273 o autor registou, entre outras coisas: «seis dias apenas haviam decorrido depois deste avizo do Algarve quando chega da cidade do Porto o navio S. José Americano, trazendo mais extensos motivos de público prazer e estes eram, que a cidade do Porto, toda a Província do Minho, e de Trás-os-Montes, como também de algumas terras da Beira, tinham sacudido o insuportável jugo do infame Napoleão...»

O título deste tomo II, na edição princeps da obra do Padre Perereca é este: «*Memórias/ para servir à História / do Reino do Brazil, / Divididas em tres epocas / da/ Felicidade, Honra, e Gloria; escritas na Corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821, / e offerecidas a S. Magestade ElRei Nosso Senhor / o Senhor / D. João VI./ pelo P. Luíz Gonçalves dos Sanctos. / Tomo II. [Vinheta com as Armas Reaes Portugesas. Lisboa, / Na Impressão Regia. Anno 1825. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.*»

Devo aqui testemunhar o meu público e sincero agradecimento ao architecto brasileiro Carlos Francisco Moura, nosso recente confrade, por todo estes elementos recebidos, à margem de outra ainda mais valiosa colaboração por ele prestada e a seu tempo referida, para o estudo da biografia do acima mencionado «*Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Braganca, Almirante General da Marinha Portuguesa e Presidente Perpétuo da Academia [Real] das Ciências de Lisboa. 1787-1812*, título de minha próxima comunicação àquela Academia.

¹¹ IRIA, Alberto, *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca «Bom Sucesso» em 1808. Um episódio à margem da Guerra Peninsular (Excerto de uma tese)*. Lisboa, 1956.

edição em 1825), no qual o classificou de «Caso único na História Naval de todos os Povos»¹².

Talvez ignore o frígido Tamisa
 E o Sena transformado em sangue e luto,
 Que o Atlântico mar banhe a pequena
 E mal sabida Olhão: he esta a Pátria
 Do novo Heróe, do vencedor dos mares
 C'o as frágeis armas d'hum batel pequeno,
 Cuja façanha audaz deixa esquecidos
 De Américo, e Colombo o nome, e os feitos.

Refere-se o Poeta ao piloto do caíque, o já atrás mencionado Manuel de Oliveira Nobre, de quem ouviu o relato da viagem e lhe confessou o seguinte: não era prático na carreira do Brasil, e tinha deixado em Lisboa as suas cartas Hydrográficas, dirigia-se por huma estimativa muito incerta, sendo o seu maior cuidado observar a direcção das correntes do Oceano e dirigir o rumo do caíque conforme estas correntes¹³.

Não admira portanto, que Manuel de Oliveira Nobre tivesse sido o mais celebrado dos audazes tripulantes do «*Bom Sucesso*», embora Manuel Martins Garrocho fosse o mestre da embarcação, cujo proprietário foi, como já o provei em 1941, o olhanense Miguel do Ó.

Em 1839, João Baptista da Silva Lopes referiu que «Todos os habitantes do Rio de Janeiro naturaes e estrangeiros ficaram maravilhados de que em tão frágil embarcação podessem (sic) atravessar tantas mil léguas do oceano homens não só leigos nas mais triviais regras da náutica, mas que nunca se haviam afastado cem léguas da costa de Portugal. Muitos estrangeiros, e principalmente ingleses, tiraram a planta e dimensões do barco, que conservaram com apreço.»¹⁴

Ainda em 1839, o referido João Baptista da Silva Lopes dá notícia de que a «O caíque esteve algum tempo conservado para memória na ilha das cobras, depois foi empregado no serviço do arsenal.»¹⁵

12 MACEDO, José Agostinho de, *O Novo Argonauta*. Lisboa, 1809. A 2ª edição é de 1825. Posuo as duas. Ambas por oferta do meu saudoso Mestre e Amigo, Dr. João Martins da Silva Marques, na Faculdade de Letras de Lisboa e antigo Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

13 MACEDO, José Agostinho de, ob. e edição citadas, pp. 15-16.

¹⁴ *O Panorama*, de 28 de Setembro de 1839, vol. III, p. 312.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

Mas em 1841, já melhor informado, acrescenta que, aos tripulantes do «*Bom Sucesso*» lhes foi oferecido «... um iate para voltarem ao reino» e que o caíque «... ainda hoje ali é examinado com maravilha por nacionais e estrangeiros.»¹⁶

E perde-se realmente aqui, em 1841, o rasto do famoso caíque de Olhão, acerca do qual nada mais consegui saber.

Cedo, porém, se terá também perdido no Brasil a notícia do seu destino, a memória física daquele histórico barco que foi, indiscutivelmente, o primeiro e o mais singular correio marítimo chegado de Portugal ao Rio de Janeiro, com a boa nova do grito da liberdade e da independência do Algarve, grito solto de maneira irreversível na «mal sabida Olhão», contra a opressão dos invasores franceses.

Depois de, materialmente, haver sobrevivido, de certeza, durante trinta e três anos, à viagem atlântica que tão justamente o havia celebrizado e marcado, para sempre, a sua presença nos factos da moderna História Naval, o caíque de Olhão, ao menos até 1841, exposto à acção do tempo e das intempéries tropicais, deve ter a pouco e pouco apodrecido na Ilha das Cobras, no velho Arsenal do Rio de Janeiro.

Mas só depois de largos anos ali haver encalhado e deixado de prestar serviço, e ter assim ficado exposto à curiosidade histórica dos visitantes, agora já sem préstimo algum, embora debaixo de qualquer velho telheiro do referido Arsenal.

É que acerca dele, da sua presença ali, já nenhuma informação nos transmitiu, no seu exaustivo estudo, o meu saudoso Amigo e historiador brasileiro, Almirante e Engenheiro Naval, Juvenal Greenhalgh¹⁷.

Mas em Olhão, Jorge Colaço, inesquecível Pintor de Arte, por incumbência de zelosa e patriótica Câmara local, magistralmente perpetuou o famoso caíque, o seu: e outros feitos e figuras olhanenses, nos já desaparecidos azulejos do malfadado «*Jardim João Serra*», meu sempre lembrado primo deste nome, herói da 1ª Grande Guerra, nome justamente registado e celebrado no *Livro de Ouro da Infantaria* por outro também já

¹⁶ LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia (...) do Reino do Algarve*, Lisboa, 1841, p. 16.

¹⁷ GREENHALGH, Juvenal, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*, em dois volumes. O 1º volume, abrange os anos de 1763-1822 (Rio de Janeiro, 1951). O 2º volume, compreende os anos de 1822-1889 (Rio de Janeiro, 1965). Aquele foi-me oferecido pelo Autor. E, o último, por gentileza de sua filha, Dona Priscilla Greenhalgh de Cerqueira Lima.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

desaparecido Amigo e Poeta, o tenente Caetano de Sousa, aos quais rendo igualmente agora devida e pública homenagem de profunda saudade.

Lamentável foi, vem a propósito dizê-lo, o autêntico crime de lesa-arte que permitiu sacrificar aquela preciosa parcela do património artístico de Olhão - o Jardim e os históricos azulejos de Jorge Colaço - à construção da sua *Domus Justitiae* ... Mas isso é outra história... que já passou à história! E vem ainda mais a propósito referi-la, quando a Câmara Municipal de Olhão - honra lhe seja tributada pela posteridade – muito briosa e inteligentemente agora se propôs, segundo me garantem, reproduzir numa praça pública e à beira-mar, os antigos e famosos bancos de azulejos do inesquecível Jorge Colaço que, por exemplo, em Setúbal viu mais respeitada a sua Arte ligada às lides da pesca local, pelo menos até agora, e na fachada de bem conhecida moradia.

E, assim, ainda sobreviverá, ao menos em Olhão, a presença do imortal caíque e a memória do primeiro correio marítimo por ele transportado à Corte Portuguesa do Rio de Janeiro em 1808.

As embarcações, grandes ou pequenas, tal como os homens, singram às vezes uma vida inteira sobre as encapeladas ondas do Mar Oceano. Mas também um *belo dia* – triste dia! - simplesmente ficam em terra, já velhas e cansadas, e morrem! Barcos encalhados! Quem os não conhece! Minados de caruncho, é certo, mas também de tristeza e de saudade do Mar. Até que, por fim acabam sempre por desaparecer do palco da vida, depois de heroicamente terem ainda sobrevivido, durante algum tempo, à inclemência dos vendavais ou, o que pior é, à fatalidade dos naufrágios! Barcos encalhados ou barcos naufragados, tanto faz, todos morrem e desaparecem um dia para sempre.

Todavia, os que conseguem sobreviver no espaço e no tempo, como o histórico caíque de Olhão, e ficam gravados na memória dos homens, esses são os que permanecem para todo o sempre ligados à prática de nobres e extraordinárias acções ao serviço da Pátria e ao serviço da própria Humanidade. Esses libertaram-se da Lei da Morte, o terrível esquecimento e, portanto, são sempre recordados, como o caíque de Olhão.

Às vezes a simples lembrança dessas suas extraordinárias acções, registadas ou não pela História Naval, pode até constituir forte estímulo para a prática de outros feitos náuticos, igualmente inesquecíveis e dignos da maior admiração.

E Olhão, como decerto outras terras do litoral português – é felizmente fértil em conhecidas acções marítimas, algumas das quais vêm precisamente registadas nos Anais da História Naval. E ao Brasil, caso curioso, ficaram para sempre ligados dois dos seus maiores feitos náuticos.

Refiro-me, obviamente, ao do celebrado caíque «*Bom Sucesso*», objecto desta comunicação, caíque merecedor do Poema de José Agostinho de Macedo, como atrás disse, e a mais recente odisseia do ainda bem mais minúsculo barquinho, o «*Natália Rosa*» que Salvador Alexandre, Poeta e conterrâneo Amigo, justamente celebrou e cantou nos seus expressivos Versos.¹⁸

¹⁸ ALEXANDRE, Salvador, *As trevas e o rouxinol*, Lisboa, 1971, pp. 109-115.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008